

ESCOLA SEM PARTIDO, BALBÚRDIA OU SEMIFORMAÇÃO GENERALIZADA?

RENATA PERES BARBOSA

RESUMO

Este texto visa problematizar elementos presentes no cenário político educativo atual como expressão de um fenômeno de regressão social, ou nos termos de Theodor W. Adorno, como diagnóstico de uma semiformação generalizada, que se estende a diversos fenômenos da vida social. Buscamos trazer questões e provocações utilizando como estratégia filosófica a dialética negativa de Theodor Adorno. Tomamos o movimento de negação enquanto força de resistência, como exigência de transformação e estratégia política e filosófica que aponta para a necessidade de uma nova configuração, daquilo que ainda não se configurou.

PALAVRAS-CHAVE: Escola sem Partido; Balbúria; Semiformação

ESCOLA SEM PARTIDO, BURBUDY OR GENERALIZED SEMIFORMATION?

ABSTRACT

This text aims to problematize elements present in the current educational political scenario as an expression of a phenomenon of social regression, or in terms of Theodor W. Adorno, as a diagnosis of a generalized semiformation, which extends to various phenomena of social life. We seek to bring questions and provocations using as a philosophical strategy the negative dialectic of Theodor Adorno. We take the movement of denial as a force of resistance, as a demand for transformation and political and philosophical strategy that points to the need for a new configuration of what has not yet been configured.

KEYWORDS: Escola sem Partido; Balburdy; Semiformation

1 INTRODUÇÃO

Este texto visa problematizar elementos presentes no cenário político educativo atual como expressão de um fenômeno de regressão social, ou nos termos de Theodor W. Adorno, como diagnóstico de uma semiformação generalizada, que se estende a diversos fenômenos da vida social. Buscamos trazer questões e provocações utilizando como estratégia filosófica a dialética negativa de Theodor Adorno. Tomamos o movimento de negação enquanto força de resistência, como exigência de transformação e estratégia política e filosófica que aponta para a necessidade de uma nova configuração, daquilo que ainda não se configurou.

No cenário político atual, o país atravessa um contexto mais amplo de polarização política e ideológica, momento histórico que anda na contramão do progresso social, orquestrado por um conjunto de ataques as políticas sociais, com uma agenda mais imediata voltada à educação pública. Tais ataques direcionados as Escolas e as Universidades Públicas, colocam em risco direitos fundamentais conquistados ao longo do século XX, como a educação democrática e o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade.

Neste texto, nosso recorte empírico é para a “batalha cultural e ideológica” travada no atual contexto educativo. Observa-se a tentativa de eliminação da discussão política do espaço escolar contida nas proposições do programa do movimento Escola sem Partido - revertido em projeto de lei; e, no mesmo sentido, as ações do governo Federal, no que se refere ao “contingenciamento” dos recursos orçamentários das Universidades Federais, que tem tomado dimensões preocupantes, justificados por discursos de ódio e intolerância por promoverem “balbúrdia”. Uma vez que professores e intelectuais são tidos como inimigos, e termos como “balbúrdia” e “idiotas úteis” passam a ser expressões utilizadas pelos gestores públicos para se referirem ao trabalho realizado nas Universidade Públicas, nosso olhar se volta para a problematização desse cenário e as possíveis implicações éticas, políticas e sociais estabelecidas.

Nossa hipótese é que se trata de proposições oriundas de uma racionalidade que se sustentam em bases operacionais, de caráter pragmático e autoritário, que negligenciam a possibilidade de compreensão realidade brasileira de profundo abismo social, reproduzindo as injustiças já cristalizadas.

A análise a partir do pensamento filosófico e social crítico, que é analisar a formação social desde as suas raízes e evidenciar que não são acidentais, requer o confronto com as formas sociais, tendo como premissa que a formação cultural pode conduzir no seu contrário. A questão central, nesse sentido, parte das próprias contradições da formação social que, em tempos de esclarecimento, se reproduz a barbárie.

O texto organiza-se da seguinte forma. Na primeira parte o objetivo é apresentar e discutir acerca dos limites presentes na atual agenda no campo da educação que acolhe demandas conservadoras aliadas a uma perspectiva economicista, com recorte a dois fenômenos: o movimento escola sem partido e o “contingenciamento” do orçamento das Universidades Públicas Federais sob a justificativa de promoverem “balbúrdia”. Já o segundo

momento do texto visa trazer elementos sobre as possibilidades da experiência formativa a partir do referencial de análise da Teoria Crítica da Sociedade.

2 ESCOLA SEM PARTIDO, BALBÚRDIA E SEMIFORMAÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada por traços de violência, desigualdades e preconceitos, arraigados historicamente. A educação passa a operar na mesma lógica da sociedade administrada, orientada pelo planejamento e controle da vida social e dos processos de trabalho, produzindo uma sociabilidade reprodutora dos mecanismos de dominação.

No cenário nacional educativo, é importante acionarmos o sinal de alerta sobre os limites da atual pauta da “batalha cultural e ideológica”, com efeitos que seguem na contramão do progresso social, cúmplice de tendências regressivas. Trata-se de pautas regidas por uma perspectiva de cunho economicista aliada a demandas conservadoras, marcadas pela primazia de aspectos operacionais, em que não se estabelece os vínculos necessários para se pensar sobre a crise da formação cultural com a realidade pedagógica.

Universidades, Escolas, professores e intelectuais estão sendo alvos constantes de um conjunto de ataques. Uma imagem estereotipada vem sendo produzida, pela via da hostilização e da disseminação de falsas notícias, as ditas *fake News*. Tais ataques vêm colocando em risco os espaços em que a construção e a democratização do conhecimento pode se configurar.

No cenário escolar, parte significativa da onda de ataques advém do discurso produzido pelo movimento Escola sem Partido. De modo geral, a defesa é de que a atividade educativa deve ser técnica e neutra, isenta de valores, tendo como principal bandeira o “Combate à doutrinação Ideológica”. Partem do diagnóstico de que há muitos professores que doutrinam seus alunos em sala de aula, e devem ser punidos por isso. Criado em 2004, ganha notoriedade em 2014 através da tramitação de projetos de leis Municipais, Estaduais e Federais.

Em pesquisa realizada nos materiais dispostos no site do Movimento EsP, é possível observar como operam: divulgam materiais de denúncia que atacam professores e intelectuais, e incentivam a prática de delação (em especial, a prática de gravar os professores). Também disponibilizam anteprojetos de lei que podem servir como modelo para ser apresentados por deputados e vereadores.

Nos materiais, cria-se uma caricatura do professor, como “algo a ser combatido”, como um “doutrinador” que tenta cooptar os estudantes, um “abusador”, um “parasita ideológico”, um “sequestrador”. Desse modo, a campanha é no sentido de impedir o assédio ideológico de “professores militantes”, que atuam como “lobos travestidos em pele de cordeiro”. Em um clima de perseguição, os professores são proibidos de debater questões políticas e sociais no ambiente da escola. A retórica é agressiva e de ódio, há sessões na página como: “flagrando o doutrinador”, “planeje sua denúncia”, “não deixe que seu professor te doutrine, denuncie!”. Em nome da neutralidade do conhecimento e contra a doutrinação nas escolas, o movimento move uma série de ataques aos professores, intelectuais, colocando em risco a própria função social escola.

Embora exista um único projeto de lei aprovado, o qual encontra-se em suspensão devido a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que observamos é que o discurso produzido teve certa aderência: o clima de denunciamento e de intolerância já instalou-se nas escolas e ganhou o espaço da cena política – em meio a polêmicas, deputados e vereadores apresentam o projeto, gravam professores, e chamam para audiências públicas.

Neste conjunto de ataques à educação, há um projeto em andamento mais direto às Universidades Públicas Federais. Em abril de 2019, o Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou um contingenciamento no orçamento de Universidades Públicas Federais de até 40% de seus recursos, e a justificativa apresentada causou estarrecimento: por serem instituições que promoviam “balbúrdia”. Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", o ministro declarou que instituições que promovessem “balbúrdia” teriam recursos contingenciados pelo Ministério da Educação pois, ainda segundo o ministro, “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”. Referiu-se às Universidades Federais como espaços de doutrinação política, advertindo que “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”.

Por “balbúrdia”, não houve clareza do que realmente se referia, justificando ser a promoção de eventos de cunho político e manifestações artísticas partidárias no espaço das Universidades, e menciona alguns exemplos sem pormenorizar: “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”. De modo geral, entende-se o espaço universitário como espaço de “doutrinação político-ideológica”, de “balbúrdia”, de “anarquia sexual”, imagens que estão sendo disseminadas explicitamente pelos governantes e justificando cortes orçamentários.

Inicialmente, Weintraub anunciou três universidades que foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos de imediato: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vale destacar que se trata de Universidades consideradas de excelência em qualidade, apresentam um dos mais altos índices de produção acadêmica nacional, e são conceituadas e reconhecidas internacionalmente. Posteriormente, o ministro estendeu os cortes a todas as Universidades Federais do país.

Poucos dias depois, milhares de pessoas protestaram contra os cortes orçamentários na Educação em todo o país. Os protestos aconteceram em cerca de 250 cidades e nos 26 Estados e Distrito Federal. Em meio à onda de protestos, o presidente da República Jair Bolsonaro fez um pronunciamento de que as manifestações partiam de “idiotas úteis, imbecis, massa de manobra”. Em entrevista, o presidente afirma: “Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada. São uns idiotas úteis que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais”. Mais uma vez, referindo-se a Universidade como espaço de doutrinação ideológica e, além disso, tratando com descaso, violência e hostilização milhares de pessoas que foram às ruas protestar.

É importante nos atentarmos aos exemplos mencionados acima, frutos da “batalha cultural e ideológica” travada no país no atual momento histórico. Destacamos aqui os efeitos que esses ataques produzem no ambiente educativo, aquilo que o referencial crítico nos adverte enquanto a produção de uma experiência danificada, sobre o crivo da deformação ou, nos termos

adornianos, da semiformação, como expressão de um momento de regressão social no campo educativo, que tem implicações sérias que se estendem a diversos espaços da vida social. Alguns aspectos merecem a nossa devida atenção:

1) Ao almejar a neutralidade, nega-se a própria natureza complexa dos processos educativos. O discurso da neutralidade não deixa de ser ideológico na medida em que propaga uma visão estática das interações sociais e dos sujeitos. O conceito de razão instrumental, alimenta o pretenso anseio de neutralidade na formação escolar, e desemboca no que Adorno denominou de semiformação.

2) A premissa da “doutrinação política ideológica” leva a censura de determinados temas considerados ideológicos. Ao proibir que determinados assuntos sejam tratados nas instituições educativas, nega-se o debate de questões alarmantes da realidade social, suas contradições, ou seja, nega-se as possibilidades de pensar sobre os processos ideológicos que sustentam a exclusão, a dominação e a barbárie. Como ser indiferente às diversas formas de violência e exclusão, presentes na realidade social e que fazem parte da realidade dos estudantes, como a violência contra a mulher, o racismo, o machismo, LGBTfobia, entre outros?

3) Ao produzir uma visão estereotipada do espaço da produção do conhecimento, como espaço de “balbúrdia”, e na hostilização de intelectuais, professores, estudantes, como “idiotas úteis”, naturaliza-se o preconceito e a intolerância, autorizando o discurso de ódio. Se estabelece um clima de denunciamento e “caça as bruxas”, ou melhor, “caça aos professores doutrinadores”, produzindo mais violência e intolerância nas escolas e nas Universidades, totalmente contrário a qualquer ato educativo. O desprezo pelo diálogo democrático esbarra nos limites do fascismo e da barbárie.

Com base nos aspectos elencados acima, sustentamos que é possível pensar tais questões a partir do subsídio teórico da Teoria Crítica da Sociedade. Trata-se de uma reflexão atual e um referencial que permite pensar sobre a regressão promovida pelos pressupostos do movimento Escola Sem Partido e a relação entre os cortes orçamentários e “balbúrdia”.

No século XX, os teóricos da Escola de Frankfurt nos alertaram sobre a importância em se privilegiar o tema da Formação, de promover uma experiência formativa e intelectual genuína, de compreensão da realidade, pois somente assim seria possível evitar atrocidades como Auschwitz. O período Alemanha nazista registrou um momento social de tensão contraditória acentuada, de um lado, um alto nível de progresso técnico, por outro, sob uma condição de regressão social, que permitiu o extermínio de pessoas em massa. Para Adorno, filósofo que viu de perto o Holocausto, a educação teria como imperativo categórico “que Auschwitz não se repita”. Adorno insiste no papel da educação de evitar a barbárie, devido ao fato das condições objetivas que permitiram Auschwitz ainda permanecerem.

Para Adorno é preciso tornar consciente os mecanismos que provocam os preconceitos, pois se trata de um perigo objetivo. A tendência social e seu sentido prático de ordem econômica, geram uma condição de não emancipação, na imposição à adaptação. Emergem daí identidades conformistas, que aderem, por exemplo, ao sistema paranoico estabelecido na Alemanha nazista (de intolerância, ódio ao diferente e delírio persecutório) e um clima cultural onde o ódio prevalece. Em tempos de hegemonia da ignorância, de semiformação generalizada,

tempos que as práticas educativas tomam aversão ao conhecimento, o papel primordial da formação é o de evitar a barbárie.

Concordando com Frigotto, ao contrário do que se propaga, o ESP possui um partido que, nos arautos de um fundamentalismo de mercado almeja “a escola do partido absoluto e único [...] um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia” (Frigotto, 2017, p. 31). Em analogia à “esfinge”, da mitologia grega, Frigotto alerta que precisamos decifrar o ESP antes que nos devore e liquide nossa capacidade de leitura crítica da realidade e dos processos ideológicos que conduzem ao terror, à intolerância e ao medo, mediados pelo aparato jurídico. Conforme o autor:

Antes que a esfinge se torne indecifrável e nos devore, cabe acumular energia intelectual e ética e organização política coletiva para, sem medo como fez Édipo da lenda da esfinge, confrontá-la e derrota-la. Uma tarefa necessária para que haja futuro humanamente suportável em nossa sociedade (FRIGOTTO, 2017, p. 33).

Umberto Eco, também nos alerta para a tarefa de desmascarar a barbárie presente no próprio cotidiano, pois o fascismo se mantém vivo, como uma ameaça que pode ressurgir “sob as vestes mais inocentes”, “em trajes civis”.

O Ur-fascismo, ou fascismo eterno, ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: ‘quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!’. Infelizmente, a vida não é fácil assim! O Ur-fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (ECO, 2018, p. 60-61).

3 EXPERIÊNCIA FORMATIVA E SEMIFORMAÇÃO: SOBRE A ATUALIDADE DA TEORIA CRÍTICA

Nos pressupostos empregados pela Teoria Crítica da Sociedade identificamos um potencial de compreensão do tempo presente que, sob primazia da razão instrumental, o indivíduo torna-se produto da sociedade administrada, fragmentado e alienado. Tais apontamentos nos permite refletir sobre os processos ideológicos que consentem com a barbárie, imbricadas às relações pedagógicas atuais. Frente o diagnóstico de atrofia do pensamento e, por sua vez, da estreita relação do esclarecimento e dominação, o impasse se

constitui em refletir sobre quais as possibilidades da experiência formativa e do desenvolvimento do pensamento autônomo em meio a tais relações. Neste tópico, nos propomos debruçar sobre os limites da experiência formativa a partir do referencial teórico da Teoria Crítica.

Na obra *Dialética do esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer buscam compreender quais justificativas das tendências regressivas emergirem no curso dos processos civilizatórios, e incitam à reflexão sobre a cumplicidade entre Auschwitz e os processos históricos que o tornaram possível. O esforço segue em “[...] descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.11).

Adorno e Horkheimer (1985) colocam a razão sob suspeita e revelam as contradições da vinculação do esclarecimento com o princípio de dominação. Trata-se da dialética do esclarecimento: a razão se desenvolve moldada pelo espírito da dominação, e estabelece uma relação estreita entre o progresso e a racionalidade instrumental, e se insere numa lógica da dominação universal da natureza e do homem, relação esta que sucumbe as relações humanas.

Apresentam enquanto instrumento teórico a crítica radical, a autorreflexão crítica sobre os próprios elementos racionais, na qual a razão entra em conflito consigo mesma.

[...] objeto a investigar: a autodestruição do esclarecimento. [...] acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento [...] contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte. Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também sua relação com a verdade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13).

Para os filósofos, desse modo, a razão, ao articular-se pela estreita relação do esclarecimento e dominação, assume o princípio de identidade, originalmente da necessidade humana de domínio da natureza, e se solidifica em um quadro de comprometimento das experiências que se converte no domínio dos próprios sujeitos, um autodomínio empobrecido. O pensamento é submetido ao esquema ordenador, e se restringe a esquemas de controle e dominação, que domina a si próprio e perde seu potencial qualitativo.

A *ratio* que, para se impor como sistema, eliminou virtualmente todas as determinações qualitativas às quais se achava ligada caiu em uma contradição irreconciliável com a objetividade que violentou, pretendendo compreendê-la. Ela se distanciou tanto mais amplamente dessa objetividade quanto mais plenamente a submeteu aos seus axiomas, por fim, ao axioma da identidade (ADORNO, 2009, p. 27).

O pensamento tradicional, sob o viés da lógica instrumental, em sua função de classificar, subsumir objetos a conceitos, concebe o conceito a partir da identificação. O conhecimento torna-se totalitário e absoluto, em que o processo já é decidido de antemão, “pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37). A tal ponto, que os antagonismos são ofuscados, na preservação de uma lógica miserável de autoconservação e, conseqüente, na permanência de injustiças e supressão das potencialidades críticas. Para os filósofos, “[...] os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (p.21).

Inerente ao processo de modernização da sociedade, a razão instrumental é acentuada enquanto categoria universal do processo civilizatório, e escamoteia a crítica necessária para a plena realização da liberdade, da justiça e da emancipação, o que permite que sociedades com o desenvolvimento tecnológico em níveis avançados permaneçam tuteladas em termos culturais, resultando na constituição patológica da sociedade e dos indivíduos que consentem que barbáries continuem sendo reproduzidas. Adorno já advertia que “Tendo-se em conta o nível alcançado pelas forças produtivas técnicas, ninguém mais deveria padecer de fome sobre a face da terra” (ADORNO, 1995, p.38).

Ao transpor a racionalidade instrumental como condutora do progresso, através de valores como o utilitarismo, a funcionalidade e a eficiência, o pensamento moderno tem sérias implicações éticas, políticas e sociais. Tais valores negligenciaram diversas dimensões humanas que não poderiam ser secundarizadas, aprisionando as condições de liberdade e os potenciais de emancipação. A racionalidade instrumental atingiu diversos setores da vida social, em que a autorreflexão foi suprimida e deixou de lado a exigência clássica de pensar o próprio pensamento.

Para Adorno (2009), é a negação determinada que permite a crítica da realidade irreconciliada, no desvelamento do impulso dominante e do caráter instrumental do pensamento petrificado. Desse modo, o pensamento defronta-se com a exigência dialética de autocrítica, que deve ser acompanhada da consciência da falsidade da identidade enquanto referência epistemológica. O filósofo Cristophe Türcke (2004) salienta como Adorno é incisivo no papel da dialética negativa: a dialética negativa por meio da autorreflexão, tem a tarefa de crítica da sua inconsistência, está a serviço da realização da razão, em transformá-la num estado esclarecido, trazê-la à sua forma racional, é “a força auto-reflexiva e autocrítica da razão”, a “força que habilita a razão a pensar contra sua própria ‘lei de movimento’ sem desistir de si mesma” (TÜRCKE, 2004, p.54).

O método da formação crítica é negativo, uma dialética negativa que recusa o existente pela contradição e pela resistência, pela lógica da não-identidade. Para Adorno, a experiência formativa negativa, não se esgota na relação formal com o conhecimento, e deve ser confrontada com a sua própria limitação. Assim, as contradições da vida social e do pensamento indicam possibilidades daquilo que ainda não se realizou - é preciso usar a força da negação para que a diferença apareça, aquilo que ainda não se configurou.

Os filósofos críticos, ao levantarem críticas fecundas à racionalidade instrumental, identificam que ela é incorporada em diversos os setores da vida social. A crítica é que pela via da racionalidade instrumental a experiência formativa é anulada pelos processos de integração que sujeita os indivíduos à realidade imediata, e inviabiliza as possibilidades da experiência formativa e de desenvolvimento do pensamento autônomo. A perda da capacidade de realizar experiências, desse modo, trata-se de uma tendência objetiva da sociedade, que não é acidental.

Como se pode notar, nos moldes do sistema capitalista, os referenciais da razão se convertem em uma racionalidade produtivista sem sentido ético, subordinada à produção econômica, que determina o sentido da vida social. A própria ciência se torna força produtiva a mercê dos interesses econômicos, o que dá o tom dos processos formativos. Assim, a crise do processo formativo e educacional, também é resultado da dinâmica dos processos produtivos, muitas vezes, legitimados pelo discurso científico.

O que dizer, por exemplo, de um mundo em que a fome é avassaladora, quando a partir de um ponto de vista científico-técnico já poderia ter sido eliminada? Ou, o inverso: como pode um mundo tão desenvolvido cientificamente apresentar tanta miséria? Este é o problema central, insiste o nosso autor: o confronto com as formas sociais que se sobrepõem às soluções "racionais". O problema maior é julgar-se esclarecido sem sê-lo, sem dar-se conta da falsidade de sua própria condição (MAAR, 1995, p. 15).

A cultura, nesse sentido, se converte em mercadoria, e os bens culturais tornam-se inócuos, produzindo uma subjetividade socializada de modo heterônomo. Nesse quadro, enquanto parte de um processo social objetivo, a barbárie floresce e é tematizada por esses pensadores:

Auschwitz faz parte de um processo social objetivo de uma regressão associada ao progresso, um processo de coisificação que impede a experiência formativa, substituindo-a por uma reflexão afirmativa, autoconservadora, da situação vigente. Auschwitz não representa apenas (!) o genocídio num campo de extermínio, mas simboliza a tragédia da formação na sociedade capitalista. A "semiformação" obscurece, mas ao mesmo tempo convence (MAAR, 1995, p. 22)

Pensar sobre as condições objetivas que permitem que a barbárie avance é uma exigência da relação entre educação e ética. Ao estabelecer os vínculos entre a educação e o histórico de uma experiência formativa prejudicada, em que o momento de resistência se perde, a educação é tida uma exigência, pensada em seu sentido emancipatório, como uma necessidade de intervenção nas formas sociais de dominação e suas condições sociais e psicológicas, a exigência que *Auschwitz não se repita*.

O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo decisivo em relação à barbárie. Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza (ADORNO, 1995, p. 155).

Tais ideias dispostas pelos filósofos da tradição crítica nos ajuda a compreender o quanto os processos educativos delineados pela primazia de uma razão instrumental reforçam o caráter adaptativo e privilegiam a dimensão conformadora dos percursos formativos, fragilizando os processos de emancipação, autonomia e de diferenciação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a concepção de Formação em Adorno potencializa as possibilidades de se refletir sobre a realidade escolar e sobre as bases em que se sustentam as relações pedagógicas. Da mesma forma, possibilita a reflexão sobre as contradições que afetam a capacidade de autorreflexão crítica e negligenciam o imperativo categórico de Adorno para a educação de “que Auschwitz não se repita”.

Considerando a atualidade desta perspectiva, buscou-se refletir sobre as possibilidades teórico-metodológicas do referencial da Teoria Crítica para o campo da educação bem como suas implicações nos demais espaços da vida social, com recorte para a pauta da “batalha cultural e ideológica” travada atualmente no cenário nacional seus aspectos e efeitos regressivos.

Desse modo, reafirmamos o papel da Escola e da Universidade, como espaço de diálogo, debates e reflexões, como espaço democrático e plural de confronto de ideias e, especialmente, espaço de combate às formas de violência, preconceito e discriminação que se reproduzem socialmente.

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da Semiformação. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. In: PUCCI, ZUIN & LASTÓRIA (orgs). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2010, p. 7-40.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 1ª ed – Rio de Janeiro: Record, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem partido: esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro, UERJ: LPP, 2017.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-28.

NAGIB, Miguel. Quem somos. **Escola sem partido** – educação sem doutrinação, 2016. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 18 out. 2018.

TÜRCKE, Christoph. Pronto-Socorro para Adorno: fragmentos introdutórios à dialética negativa. In: ZUIN, Antonio A. S; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE- OLIVEIRA, Newton (Org). **Ensaio frankfurtianos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 41-59.